



CLIMA

Super El Niño põe Brasil em alerta

Com risco de secas, queimadas e chuvas extremas, governo monitora a evolução do fenômeno enquanto especialistas defendem medidas preventivas para reduzir impactos climáticos e econômicos

» VICTOR CORREIA
» RAFAELA GONÇALVES

A possibilidade de formação de um "Super El Niño" a partir do segundo semestre já mobiliza o governo federal e acende alertas entre especialistas sobre os potenciais impactos do fenômeno no clima brasileiro. Embora ainda não haja consenso sobre a intensidade ou sobre a dimensão de seus efeitos, órgãos do governo acompanham o cenário de perto diante do histórico de eventos extremos associados ao fenômeno, como secas severas, ondas de calor e chuvas intensas em diferentes regiões do país.

Ministérios consultados pelo **Correio** afirmam que é cedo para medir a intensidade do El Niño, mas destacam que o governo monitora o cenário e mantém planos de contingência para responder rapidamente, caso os prognósticos mais preocupantes se confirmem.

Especialistas em clima e gestão de riscos defendem o reforço de medidas preventivas durante o período de incerteza. O temor é que o país volte a agir apenas após os desastres, em vez de se preparar para reduzir os impactos de enchentes, deslizamentos, estiagens e perdas agrícolas. Há preocupação com a vulnerabilidade de comunidades periféricas e tradicionais e com a falta de coordenação para enfrentar eventos extremos.

O alerta ganhou força em 14 de maio, quando a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA, na sigla em inglês) elevou o status do fenômeno de "estado de atenção" para "alerta de El Niño", diante da iminência de seu desenvolvimento. Espera-se que o aquecimento do Pacífico se consolide entre junho e julho.

A principal preocupação é sua intensidade. A NOAA estima em 37% a chance de um El Niño extremo. Já o Centro Europeu de Previsões Meteorológicas (ECMWF) projeta aquecimento oceânico de até 3°C, cenário que poderia resultar no fenômeno

AFP



Fenômeno agravou eventos extremos, incluindo as enchentes no Rio Grande do Sul, além de secas e ondas de calor em outras regiões do país

mais intenso já registrado. Ainda assim, especialistas consideram cedo fazer previsões definitivas.

No Brasil, o cenário é acompanhado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), que emitiu uma nota técnica em 19 de maio destacando a "elevada incerteza nas previsões de longo prazo".

Segundo o coordenador-geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Cemaden, José Marengo, é preciso esperar alguns meses para que a força do fenômeno seja confirmada. "Rodar um modelo em maio para dar uma previsão de temperatura em outubro, é muito tempo. O modelo vai produzir um resultado, mas no nosso trabalho, temos muito

cuidado com a confiança dos modelos", frisou o cientista.

Apesar da cautela, ele ressaltou que o El Niño já está configurado, e que tem impactos consideráveis no país, como secas na maior parte das regiões, e temporais no Sul. Marengo recomenda reforço das brigadas de incêndio, desde já, e que as cidades sujeitas a inundações mantenham os bueiros limpos.

Além disso, a população deve ficar atenta a avisos e alertas de desastres. "É uma preparação, é prevenção. E, no nosso Brasil, muitas vezes, a prevenção não é prioridade, mas recuperação. Desta vez, com o que sabemos dos El Niños anteriores e os impactos, é melhor o governo se preparar com prevenção, independente se o El Niño

vai ser moderado ou forte", enfatizou.

Preparação

O **Correio** questionou os principais ministérios responsáveis por monitorar e prevenir desastres. O tema está sendo discutido nas reuniões periódicas do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima (MMA) com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Cemaden, que passaram a ser diárias na iminência do El Niño.

"Desde o início de 2026, o governo do Brasil vem preparando ações articuladas de prevenção e mitigação dos impactos associados às condições climáticas previstas para o segundo

semestre de 2026", disse o MMA, em nota.

A principal preocupação é a temporada de incêndios, pois o El Niño favorece queimadas mais intensas e mais focos de fogo. Diante desse cenário, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino deu prazo de 10 dias úteis para que o governo federal e os estados da Amazônia Legal e do Pantanal informem as medidas adotadas para enfrentar o problema.

O prazo se encerrou na última sexta-feira. À reportagem, o MMA afirmou que mais de 4,4 mil brigadistas federais vão atuar em todo o país, além de 220 servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), totalizando 4.630 profissionais.

Já o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR) afirmou que a Defesa Civil acompanha diariamente as condições climáticas relacionadas ao fenômeno. "A atuação está focada no monitoramento constante e na preparação antecipada para que, caso haja previsão de situações mais críticas, os alertas e medidas necessárias sejam adotados em tempo oportuno", disse a pasta.

O Ministério das Cidades, por sua vez, disse que "está em diálogo com outros órgãos federais para acompanhamento da situação", e destacou o aumento nas ações de prevenção na gestão atual. A pasta aponta que, em 2022, o orçamento anual para prevenção de desastres era de R\$ 26 milhões e, atualmente, é de R\$ 33,5 bilhões, direcionados a obras de infraestrutura.

Apesar de ver como positiva a movimentação atual do governo para reforçar o combate ao fogo, a secretaria-executiva da Rede por Adaptação Antirracista e consultora do Observatório do Clima, Thaynah Gutierrez, vê com preocupação a falta de uma movimentação semelhante para fortalecer as comunidades periféricas que, costumeiramente, sofrem com os efeitos das fortes chuvas. "Em todas as políticas que a gente está acompanhando, não tem uma priorização para essas áreas mais vulneráveis", disse Gutierrez.

"Nós temos um contexto de chuvas e desastres que não para de acontecer, como na Zona da Mata, Recife, e Paraíba, que trouxeram mais mortos. E não tivemos respostas suficientes. Em relação ao último El Niño, o Rio Grande do Sul, dois anos depois, não conseguiu resolver tudo o que tem que ser resolvido", acrescentou. Em sua visão, falta vontade política para os estados e municípios enfrentarem essa falta de infraestrutura, especialmente em ano eleitoral, e cabe ao governo federal pressionar por uma resposta.

Fenômeno traz ameaças

A avaliação é que os próximos meses serão decisivos para determinar se o Brasil enfrentará apenas mais um episódio de El Niño ou um evento de intensidade excepcional, capaz de provocar impactos relevantes sobre a economia, a produção agrícola, a geração de energia e a segurança hídrica do país.

O professor de MBA da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e especialista em mudanças climáticas e mercado de carbono, Daniel Caiche, afirma que, caso o fenômeno se confirme com intensidade, o Brasil tende a repetir padrões históricos. "Os impactos climáticos tendem a seguir o padrão historicamente observado no Brasil. Redução das chuvas e aumento da frequência de veranicos em parte das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, enquanto a Região Sul tende a registrar volumes de chuva acima da média", explicou.

Segundo ele, os reflexos econômicos mais relevantes devem aparecer no campo. "Os maiores impactos costumam ocorrer na agricultura, na geração hidrelétrica, nos custos logísticos e, consequentemente, nos preços dos alimentos", afirmou. Ele destaca ainda que a menor produtividade de culturas dependentes de chuva pode pressionar cadeias produtivas e

aumentar a volatilidade dos preços.

Sobre a intensidade do fenômeno, o especialista ressalta que os modelos internacionais apontam aumento da probabilidade de formação do El Niño no segundo semestre de 2026. "Segundo a NOAA, essa probabilidade pode superar 80% a partir de agosto", disse. No entanto, ele pondera que ainda não há evidências de um evento extremo como os registrados em 1997/98 ou 2015/16.

Mudanças climáticas

Caiche explica que o contexto atual pode amplificar os efeitos climáticos. "Uma diferença importante é que hoje convivemos com temperaturas globais mais elevadas em função das mudanças climáticas, o que pode intensificar ondas de calor, evapotranspiração e estresse hídrico", afirmou. Ele também ressalta a influência do Atlântico Tropical na distribuição das chuvas no Brasil.

No setor agrícola, o professor aponta que os impactos variam por região. "Nas regiões Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste, as culturas mais expostas tendem a ser soja, milho e algodão, especialmente nos estágios iniciais de desenvolvimento", disse. Já no Sul, o

risco é o excesso de chuva. "Culturas como trigo, aveia e cevada podem sofrer com encharcamento do solo, doenças fúngicas e perdas de qualidade", explicou.

Caiche também chama atenção para o impacto na pecuária, sobretudo em áreas mais secas. "Pode haver redução da oferta de pastagens e aumento do estresse térmico dos animais", destacou.

Sobre preços e inflação, ele avalia que o impacto depende da intensidade do fenômeno. "Se ocorrerem reduções significativas de produtividade em culturas como soja e milho, pode haver reflexos em toda a cadeia agroalimentar", disse. Segundo o especialista, o milho tem impacto direto nos custos de proteína animal, enquanto a soja influencia alimentação e exportações.

Apesar dos riscos, Caiche alerta para a necessidade de cautela nas projeções. "O Brasil possui elevada diversidade regional e produtiva, o que muitas vezes permite compensações entre perdas e ganhos", ponderou. Para ele, o principal efeito neste momento é o aumento da percepção de risco climático para a safra 2026/27, o que exige maior atenção de produtores, seguradoras e instituições financeiras. **(VC e RG)**

Parada LGBTQIA+ de SP celebra 30ª edição com tema político

Foto: Letícia Dauer



» A 30ª edição da Parada do Orgulho LGBTQIA+ de São Paulo reuniu uma multidão na Avenida Paulista, ontem, marcada pela presença de participantes com camisas do Brasil, leques coloridos e famílias acompanhadas de crianças. O evento celebrou três décadas de história da maior manifestação do gênero no país. Com o lema "A rua convoca, a urna confirma", a edição deste ano destacou a importância da participação política e da mobilização social na defesa dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+. A Parada também relembrou a trajetória de luta da comunidade nas últimas décadas.

» Governo aciona Justiça

O governo do Acre ingressou na Justiça no último sábado, com duas medidas judiciais para garantir a responsabilização da empresa responsável pela construção da Ponte Frei Paolino Baldassari, em Sena Madureira. As ações foram protocoladas pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE/AC) em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre (Deracre). A estrutura estava interditada desde quinta-feira por risco de desabamento.